

# Significado como uso: uma interpretação

*Claudia Bianchi*  
*Università Vita-Salute San Raffaele de Milão*

*Tradução: Renato Railo\**  
*Universidade de São Paulo*

## Resumo

O legado de Wittgenstein à filosofia da linguagem é múltiplo e a sentença “o significado é uso” é uma de suas teses mais famosas e controversas. A filosofia da linguagem ordinária e, por consequência, a pragmática contemporânea são baseadas em interpretações dessa tese. De acordo com a visão pragmática, o significado convencional de qualquer sentença (regras linguísticas convencionalmente associadas às expressões da sentença pela semântica da linguagem) não é suficiente para determinar completamente suas condições de verdade. A visão de que uma sub-determinação semântica é essencial para a linguagem natural é explicitamente atribuída a Wittgenstein (e ao seu “significado como uso”) por todos os estudiosos da pragmática. Neste artigo, o objetivo não será o de se ater à questão controversa da legitimidade dessa atribuição, mas o de mostrar qual a versão da teoria semântica – tomadas, principalmente, das “Investigações Filosóficas” – que poderia justificar tal atribuição. Pretende-se, então, esboçar a imagem da linguagem

\* A presente tradução foi gentilmente autorizada pela autora e pela editora Il Mulino. O artigo foi originalmente publicado como: BIANCHI, C. “Significato come uso: un’interpretazione”. *Rivista di Filosofia*, v. 94, n. 1, abr./ 2003, p. 1-24. Disponível em: [http://www.mulino.it/rivisteweb/scheda\\_articolo.php?id\\_articolo=8460&from=%2Fws%2FrwDirectDownload.php%3Fdoi%3D10.1413%2F8460](http://www.mulino.it/rivisteweb/scheda_articolo.php?id_articolo=8460&from=%2Fws%2FrwDirectDownload.php%3Fdoi%3D10.1413%2F8460) (N. T.).

que Wittgenstein critica – em sua maioria, discutindo jogos de linguagem e semelhança de família – e oferecer uma reconstrução plausível da interpretação pragmática dessa crítica.

### **Palavras-chave**

Filosofia da linguagem ordinária, filosofia analítica, pragmática, semântica

### **Abstract**

Wittgenstein's legacy in philosophy of language is manifold, and the motto "meaning is use" is one of the most notorious and controversial Wittgensteinian theses. Ordinary language philosophy and, as a result, contemporary pragmatic models are based on interpretations of this very thesis. According to the Pragmatic View, the conventional meaning of any sentence (the linguistic rules conventionally associated with the expressions of the sentence by the semantics of the language) underdetermines its truth conditions. The view that a semantic underdetermination is essential to natural language is explicitly ascribed to Wittgenstein (and to his "meaning as use" thesis) by all pragmatic scholars. In my paper I shall not concern myself with the controversial question of the legitimacy of this ascription; my only aim is to show which version of the semantic theory – taken mainly from the *Philosophical Investigations* – could justify that ascription. I will then sketch the image of language that Wittgenstein criticises – mostly by discussing language games and family resemblance – and offer a plausible reconstruction of the pragmatic interpretation of this critique.

### **Keywords**

Ordinary language philosophy, analytic philosophy, pragmatic philosophy of language, semantic

### **Introdução**

Entre as inúmeras e diversas heranças que Wittgenstein deixou à filosofia da linguagem, encontra-se a tese resumida no slogan "O significado de uma palavra é o seu uso na lin-

guagem” (WITTGENSTEIN, 1968: §43)<sup>1</sup>, uma das mais notáveis e controversas doutrinas filosóficas. Tal proposta, diversamente interpretada, está na origem da filosofia da linguagem ordinária e o que se pretende com este artigo é mostrar como ela se insere também no centro da perspectiva pragmática da linguagem – que da filosofia da linguagem ordinária constitui a continuação mais explícita e consciente. Sob a cômoda denominação “corrente pragmática”, concentrar-se-á aqui em posições por vezes diversas e mesmo contrastantes, devido ao fato de possuírem particularidades por demais extensas para que pudessem ser reconhecidas por um paradigma unitário<sup>2</sup>. Apesar disso, acredita-se na possibilidade de delimitar uma base comum, chamada *tese de subdeterminação*, segundo a qual o significado convencional de *cada* enunciado (regras linguísticas convencionalmente associadas às expressões do enunciado pela semântica da linguagem) não é suficiente para determinar completamente as condições de verdade do próprio enunciado e que estes só vêm delimitados por meio da adoção de processos inferenciais ou pragmáticos.

O retorno aos filósofos da linguagem ordinária, a propósito da tese de subdeterminação, é, às vezes, explícito na corrente pragmática, ainda que raramente demonstrado<sup>3</sup>. O presente artigo não se ocupará, no entanto, da legitimidade histórica ou filológica dessa filiação; na primeira parte, tentar-se-á ilustrar a interpretação da teoria da linguagem apresentada pelos filósofos da linguagem ordinária que justificam tal evocação e, em relação a isso, limitar-se-á basicamente a um ponto negativo, isto é, a uma noção de linguagem que é ponto polêmico entre Wittgenstein, Waismann e Austin. Já na segunda parte, ao contrário, ter-se-á por objetivo explicitar e articular uma linha argumentativa plausível e coerente que seja capaz de justificar a tese de subdeterminação desenredada pela corrente pragmática.

---

1 - Edição brasileira: WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999, § 43: “Pode-se, para uma grande classe de casos de utilização da palavra “significação” – se não para todos os casos de sua utilização –, explicá-la assim: a significação de uma palavra é seu uso na linguagem”. (N. T.)

2 - Tais posições podem ser encontradas nos trabalhos de linguistas, psicólogos e filósofos, como, entre outros, Kent Bach, Robyn Carston, François Récanati, John Searle, Charles Travis, Dan Sperber e Deirdre Wilson. Estes se apresentam ora por “*pragmatic view*” (cf. TRAVIS, C. “Pragmatics”. In: HALE, B.; WRIGHT, C. (orgs.). *A Companion to the Philosophy of Language*. Oxford: Blackwell, 1997, p. 87-107), ora como “*contextualistas*” ou por “*pragmática vero-condicional*” (cf. Récanati, F. *Direct Reference: from Language to Thought*. Oxford: Blackwell, 1993; Carston, R. “Implicature, Explicature and Thuth-Theoretic Semantics”. In: Kempson, R (org.). *Mental representations: the interface between language and reality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, p. 155-181), ou ainda por “*modelo comunicativo inferencial*” (cf. Sperber, D.; Wilson, D. *Relevance: Communication and Cognition*. Oxford: Blackwell, 1986. Edição italiana: \_\_\_\_\_. *La pertinenza*. Trad. G. Origg. Milano: Anabasi, 1993).

3 - Exceto os trabalhos de Travis, que caracterizam e articulam a derivação wittgensteiniana da tese; recomenda-se TRAVIS, C. *The Uses of Sense: Wittgenstein’s Philosophy of Language*. Oxford: Clarendon Press, 1989; TRAVIS, C. *Unshadowed Thought: Representation in Thought and Language*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 2000.

## Wittgenstein, Waismann e Austin

Como dito antes, costuma-se atribuir a inspiração da linha teórica que pertence às correntes pragmáticas contemporâneas à tradição dos filósofos da linguagem ordinária e, em particular, ao segundo Wittgenstein, Waismann e Austin. Naturalmente, os três autores requerem análises diversas, sobretudo em relação às motivações presentes na origem das ideias aparentemente semelhantes. Por exemplo, se Waismann persegue o objetivo de enfraquecer os argumentos neopositivistas a favor da identificação do significado de uma frase com o método de investigação, Austin tenta atacar um dos pilares da noção tradicional (fregeana) da linguagem, ou seja, a ideia segundo a qual o significado convencional de um enunciado determina completamente e univocamente as suas condições de verdade<sup>4</sup>, enquanto que, em relação à Wittgenstein, as teses presentes nas *Investigações Filosóficas* só adquirem sentido completo se vistas em paralelo e em contraposição àquelas do *Tractatus Logico-Philosophicus*. Feita essa ressalva, é possível, no entanto, determinar exemplos, temas comuns e uma metodologia aos três filósofos – além de doutrinas, ora só acenadas, ora extensamente analisadas, que influenciaram diretamente os autores da corrente pragmática.

Pelo exame da linguagem ordinária surge o que Waismann chama de *textura aberta* (*open texture*) dos termos empíricos, caráter discriminante das linguagens naturais em relação às linguagens formais. Se, em uma linguagem formal, as convenções semânticas associam a cada termo e a cada frase um significado fixo, os termos empíricos de uma linguagem natural são caracterizados por uma *incompleteude* essencial que se reflete sobre a possibilidade de verificação dos enunciados que contém termos empíricos. Acredita-se que a expressão “textura aberta”, aplicada aos termos empíricos, presta-se a interpretações diversas que identificam pelo menos três possibilidades de sentido da expressão.

Em primeiro lugar, é possível perguntar-se, tal qual Waismann ou Austin, quantos e quais testes são necessários para investigar um enunciado como:

(1) *Há um gato no quarto ao lado.*

Isto é, basta ver o gato, ou é preciso tocá-lo, acariciá-lo e senti-lo ronronar?<sup>5</sup> Se a origem da

---

4 - Vale dizer que o artigo *Verifiability* de Waismann foi escrito no mesmo ano da publicação (1940) de *The Meaning of a Word*, de Austin, e trata substancialmente dos mesmos temas. Waismann pertence, primeiramente, à tradição intelectual oposta àquela de Austin, ou seja, ao neopositivismo, do qual toma os modelos de análise, a terminologia e retoma seus problemas. O comportamento crítico de Waismann contra a corrente neopositivista deve ser realçado também à influência de Wittgenstein.

5 - E para um telefone, questiona-se Austin, é preciso tentar adentrá-lo?

incompletude da verificação reside na incompletude dos termos empíricos, esta, por sua vez, deriva da incompletude das descrições factuais; a qualquer descrição empírica (como a descrição da mão direita, exemplo dado por Waismann) é possível sempre acrescentar complementos e detalhes, sem que se chegue a um fim, a um inventário completo. A impossibilidade de exaurir todos os detalhes de uma descrição empírica é o primeiro sentido que deve ser atribuído à expressão “textura aberta”, o que corresponde ao horizonte de possibilidades sobre o qual se estende cada conhecimento factual. Um horizonte que, também para Wittgenstein, não é limitado em *seja qual for* a direção, sem que isso seja considerado preocupante: “Mas então o emprego da palavra não está regulamentado; o ‘jogo’ que jogamos com ela não está regulamentado. Ele não está inteiramente limitado por regras” (WITTGENSTEIN, 1968: § 68). Mais à frente, diz: “Mas isto não é ignorância. Não conhecemos os limites porque nenhum está traçado” (Idem: § 69). E o mesmo continua:

*Torna-se estranho quando somos levados a pensar que o desenvolvimento futuro deva estar já de algum modo presente no ato de compreender, e, contudo, não está. Pois dizemos que não há dúvida de que compreendemos esta palavra, mas, por outro lado, que sua significação reside em seu emprego (Ibidem: § 197).*

Em outras palavras, não se trata de ignorância e nem de limites vagos; segundo Waismann, os termos empíricos são delimitados somente em certas direções, em função do conhecimento dos falantes e de seus interesses, objetivos e atividades que lhes vêm relacionados. Os limites são consequência dos objetivos atuais de uma comunidade linguística e cultural e são, portanto, limites não definitivos, mas sim abertos a usos inéditos, à criação de novas convenções em contextos imprevistos.

Pode-se então frisar um segundo sentido de “textura aberta”: Wittgenstein, Waismann e Austin se esforçam por variar as situações de pronúncia de enunciados que contêm termos empíricos, de forma a criar contextos de uso imprevistos, isto é, casos extraordinários que, em contraste com nossas intuições, são capazes de evidenciar as tensões da linguagem natural (WAISMANN, 1951: 118)<sup>6</sup>. Veja-se o exemplo

(2) *Ali tem uma poltrona,*

---

6 - Como em Wittgenstein (1968, § 250): “A questão da verificação só surge quando caímos em uma nova combinação de palavras... quando dizemos ‘O cão pensa’ criamos um novo contexto, saímos dos limites do discurso comum, e surge, então, a questão do quê se quer dizer com esta sucessão de palavras”.

ou, como o próprio Wittgenstein (1968: § 80) escreve:

*Digo: ali tem uma poltrona. Que aconteceria se eu fosse lá buscá-la e ela desaparecesse repentinamente da minha vista? [...] Você tem regras prontas para tais casos – que digam se se pode ainda chamar a isto de ‘poltrona’? Mas elas nos escapam quando usamos a palavra ‘poltrona’; e devemos dizer que não ligamos a esta palavra nenhuma significação, uma vez que não estamos equipados com regras para todas as possibilidades de seu emprego?*

Analogamente, Waismann também fornece exemplos; o enunciado,

(3) *Ali está um amigo meu*

é verdadeiro ou falso se, quando me aproximo, o homem desaparece, ou então se ele fala e se comporta como um homem, mas sua altura chega aos 10 centímetros? E o que dizer do enunciado,

(4) *É ouro,*

dito a propósito de um objeto que satisfaz todos os testes químicos para que seja classificado como ouro, mas que emite um novo tipo de radiação? (WAISMANN, 1951: 118) Austin continua: o que dizer do enunciado,

(5) *É um pintassilgo,*

proferido a propósito de um passarinho que explode ou cita Virginia Woolf? (AUSTIN, 1961a)<sup>7</sup> A expressão “textura aberta”, nesse segundo sentido, é, então, a impossibilidade inicial de prever todas as circunstâncias que poderiam modificar ou descrever um enunciado, de indicar novas experiências que obrigam a uma reformulação radical de uma parte da

---

7 - A tradução das referências à Austin é nossa.

nossa teoria sobre o mundo. Em seu *The Meaning of a Word*, Austin (Idem: 67) observa que nem a frase,

(6) *É um gato (verdadeiro),*

nem a sua negação parecem corresponder ao estado de coisas em que um gato, após anos de vida em comum com um homem, vida esta marcada pela harmonia e amizade, começa a discorrer em inglês perfeito: “[ambos os enunciados] são apropriados em situações diversas desta” (Ibidem); ou seja, em uma circunstância fora do padrão, anormal, “não sabemos o que dizer. Faltam-nos as palavras, literalmente” (Ibidem: 68).

E, enfim, da variação dos contextos tomados em consideração, crê-se que esta levada ao extremo permite a compreensão de um terceiro sentido de “textura aberta”, visto que se torna obrigatória a exploração dos limites *lógicos* do pensamento humano, isto é, o campo de possibilidades no interior do qual se pode exercitá-lo. Diante dos enunciados,

(7) *“X é extenso, mas não tem forma”* (Ibidem)<sup>8</sup>

ou

(8) *Este homem está e não está em casa,*

comprova-se que se está diante de frases que não se limitam a colocar à prova as intuições empíricas dos indivíduos, uma vez que parecem sair do espaço lógico até aqui ocupado pela língua e violar as regras de uso das expressões, como nos exemplos (2) a (6). Já (7) e (8) podem ser incorporadas à negação de proposições gramaticais no sentido de Wittgenstein, como em

(9) *Cada haste há um comprimento,*

---

8 - Mas recomenda-se também a leitura de Wittgenstein (1968: § 252).

que define os termos da seguinte forma: “Mas esta imagem, em relação à frase gramatical, pode apenas mostrar aquilo que chamamos de *comprimento de uma haste*” (WITTGENSTEIN, 1968: § 251, *grifo do autor*) – proposições das quais “não posso me representar o contrário” (Idem). Ainda nesses casos, porém, os termos da linguagem natural são suficientemente flexíveis a ponto de consentir seu emprego em usos inéditos e inconstantes. A propósito de (7) e (8), de fato, Austin (1961a: 68, *grifo do autor*) observa:

*Em certo sentido não podemos dizer que coisa isto ‘poderia querer dizer’ – não existem convenções semânticas, explícitas ou implícitas, que cubram este caso: pois isso não está excluído em modo algum – não existem regras que ponham limites sobre aquilo que podemos ou não podemos dizer em casos fora do ‘comum’.*

De um homem morto e estendido sobre o próprio leito, pergunta, diz-se que está em casa?  
Ou que não está em casa?

## Gatos, portas, gramas e geladeiras

Como dito na Introdução, a tradição da filosofia da linguagem ordinária foi renovada recentemente, especialmente com John Searle e Charles Travis, com trabalhos dedicados à generalização da propriedade de subdeterminação semântica<sup>9</sup>. Os dois autores retomam de Austin, Waismann e Wittgenstein os tipos de exemplos de situações estranhas e o método de questionar que Austin chamava “fenomenologia linguística” (1961b: 182). Para enunciados aparentemente banais e inocentes como

*O gato está sobre o tapete;*

*Paulo corta a grama;*

---

9 - Sobre este ponto ver: SEARLE, J. *Expression and Meaning*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979; SEARLE, J. “The Background of Meaning”. In: \_\_\_\_\_; KIEFER, F.; BIERWISCH, M. (orgs.). *Speech Act Theory and Pragmatics*. D. Reidel Publishing Company, 1980, p. 221.232; SEARLE, J. *The Rediscovery of the Mind*. Cambridge (Mass.): MIT Press, 1992; TRAVIS, C. *Saying and Understanding*. Oxford: Blackwell, 1975; TRAVIS, C. *The True and the False: the Domain of Pragmatics*. Amsterdam: Benjamins, 1981; TRAVIS, C. “On What is Strictly Speaking True”. *Canadian Journal of Philosophy*, v. 15, n. 2, 1985, p. 187-229; TRAVIS, C. *The Uses of Sense*, op. cit.; TRAVIS, C. “Meaning’s Role in Truth”. *Mind*, v. 105, n. 419, 1996, p. 451-466; TRAVIS, C. *Pragmatics*, op. cit.; TRAVIS, C. *Unshadowed Thought*, op. cit.



*Bia abriu a porta;  
Tem leite na geladeira,*

vêm conjecturados contextos desviantes ou bizarros, como, por exemplo, a viagem pelo espaço interestelar e sem gravidade do gato e do tapete, a grama que é cortada como um bolo de aniversário, as portas que são abertas após serem arrombadas, e as geladeiras que estão repletas de leite, prontas a submergir aquele que se atrever a abri-las. Nas intenções dos autores pertencentes à corrente pragmática, exemplos como os citados mostram que cada frase tem um só sentido, uma vez especificado um sistema de relações contextuais (que Searle chama *background*) que fixa as condições de verdade dos mesmos – em outras palavras, só uma vez fornecida uma descrição da ocasião de uso, que é fixada a interpretação pertinente. O sistema de relação contextual não é único, constante, estabelecido para sempre, associado de modo estável ao enunciado ou ao predicado, assim como não é única a ocasião de uso de um enunciado ou de um predicado. Variando oportunamente o que está por trás das hipóteses contextuais, é possível fazer variar, por consequência, as condições de verdade das frases. Os autores da corrente pragmática concluem, então, com Wittgenstein, que as propriedades semânticas de uma expressão dependem do uso que se faz da expressão e que o significado convencional de um enunciado, na ausência de uma ocasião particular de uso, subdetermina suas condições de verdade.

Ao se analisar os trechos dados como exemplos neste artigo, é possível perceber que a tese de subdeterminação não é o resultado de uma demonstração, mas emerge como simples hipótese empírica. Os exemplos se limitam a *mostrar*, sem *demonstrar*, a variação de condições de verdade que também diz respeito aos enunciados mais banais – como neste caso dado por Searle (1979: 127):

*Suponhamos que eu vá ao restaurante com a clara intenção de dizer exatamente e literalmente aquilo que quero dizer, isto é, com a intenção de proferir as frases imperativas que exprimem exatamente aquilo que desejo. Começo dizendo: “Traga-me um hambúrguer bem passado, com ketchup e mostarda, sem muito picles”. [...] Suponhamos que o hambúrguer que me fosse servido estivesse fechado dentro de um metro cúbico de matéria plástica transparente e rígida, de forma a só poder ser aberto com uma britadeira; ou suponhamos que o hambúrguer tivesse um quilômetro de extensão e que fosse necessário derrubar o muro do restaurante para que eu pudesse ser servido. A minha ordem “Traga-me um hambúrguer bem passado,*

*com ketchup e mostarda, sem muito picles” foi obedecida e satisfeita nestes dois casos?.*

No que se segue, tentar-se-á caracterizar com maior precisão o tipo de fenômeno que Searle e Travis tentam circunscrever ao descrever ocasiões particulares de uso de enunciados aparentemente não problemáticos, explicitando e articulando argumentações somente acenadas, geralmente implícitas na apresentação dos exemplos. Analisar-se-á, em particular, os exemplos com o verbo *abrir* propostos por Searle, a partir dos enunciados:

- (10) *Bia abriu a porta;*
- (11) *Bruno abriu a latinha de atum;*
- (12) *Francisca abriu os olhos;*
- (13) *Paulo abriu a ferida;*
- (14) *Lia abriu os braços.*

A propósito de (10) - (14), Searle afirma que, ainda que o significado convencional do verbo *abrir* seja sempre o mesmo, a sua interpretação é radicalmente diversa de enunciado para enunciado. O verbo parece ter um conjunto de condições de aplicação que varia sensivelmente de (10) - (14) e Searle se pergunta, por exemplo, se estaremos dispostos a considerar (10) verdadeiro se Bia abraze a porta com um abridor de latas ou com um bisturi. Aparentemente, o significado convencional do verbo determina uma contribuição diversa às condições de verdade de cada frase e o significado convencional da frase determina, para a mesma frase em contextos diversos, conjuntos distintos de condições de verdade.

## **Semântica tradicional**

Passamos agora a caracterizar a noção de linguagem contra a qual são diretos os exemplos dos filósofos da linguagem ordinária e, sobre seu rastro, dos pragmáticos. Por semântica tradicional tornou-se convenção identificar a semântica de modelos, filiação direta do paradigma fregeano e das teses semânticas do *Tractatus* (MARCONI, 1999). O centro desse paradigma é a ideia de que as expressões linguísticas têm sentidos fixos, estabelecidos

pelas convenções da linguagem, e condições de verdade determinadas. Particularmente: i) cada expressão linguística tem um sentido convencional – sentido determinado pela forma de expressão; ii) tal sentido se identifica, no caso de uma expressão subenunciativa (como um predicado), com as condições de aplicação da expressão (CDA, condições que um objeto deve atender de maneira que a expressão se lhe aplique) e, no caso de um enunciado, com as condições de verdade do enunciado (CDV, condições que o mundo deve atender de maneira que o enunciado constitua uma descrição apropriada dele); iii) o sentido de uma expressão complexa é função do sentido das expressões componentes.

A tese pragmática de subdeterminação, exemplificada na seção precedente, constitui uma objeção às bases da semântica tradicional: a ideia de que os enunciados tenham CDV determinados, fixados por convenções linguísticas. Na realidade, também a semântica tradicional reconhece exceções à identificação *tout court* das CDV de um enunciado com o seu significado convencional, a saber, os fenômenos de ambiguidade, elipses, indexicalidade ou sentido implícito. Crê-se, então, evidente que a tese pragmática representa uma objeção séria e relevante somente se conseguir desenhar um fenômeno de subdeterminação não passível de pertencer aos campos da ambiguidade, elipses, indexicalidade ou sentido implícito – fenômenos para os quais a semântica tradicional possui uma ampla gama de soluções. O objetivo desta seção será, então, o de ilustrar os caminhos que a semântica tradicional poderia adentrar para reconduzir a tese de subdeterminação ao interior do próprio paradigma. Na seção sucessiva, ao contrário, indicar-se-á uma leitura plausível da tese de subdeterminação, de forma a excluir as estratégias tradicionais, sendo que, dessa maneira, mostrar-se-á como a tese pragmática representa um fenômeno do qual a semântica tradicional não consegue dar conta.

#### a) Ambiguidade

No paradigma semântico tradicional, a linguagem é caracterizada por uma correspondência entre forma e conteúdo: o sentido de uma expressão é determinado pela forma da expressão. A linguagem natural contém expressões ambíguas; logo, esse modelo semântico postulará que a uma expressão ambígua, seja homônima (como crença) ou polissêmica (como jornal), estejam associados dois ou mais conjuntos de CDA e a um enunciado ambíguo, como em

(15) *Estou livre de todas as minhas velhas crenças,*<sup>10</sup>

<sup>10</sup> - A palavra italiana *credenza* significa tanto crença, ato ou efeito de crer, quanto armário, móvel de cozinha. Percebe-se, então,

dois ou mais conjuntos de CDV. As convenções da linguagem fixam a lista dos sentidos potencialmente disponíveis para uma expressão, postulando tantas unidades distintas (tantas formas diferentes) quantos são os sentidos – formas que podem ser assinaladas para distingui-las: *crença* (1) (que é associada ao sentido de “móvel de cozinha”) e *crença* (2) (que é associada ao sentido de “convenção, opinião”). É então possível formular uma estratégia em termos de ambiguidade para dar conta dos enunciados de (10) - (14), postulando mais sentidos distintos para *abrir*: *abrir* (1) associado ao sentido de “desfechar”, *abrir* (2) associado ao sentido de “fazer uma fenda”, *abrir* (3) associado ao sentido de “ampliar”, etc.

#### b) Elipse

A correspondência faz o significado e a CDV é posta em discussão também nos casos das elipses, como em:

(16) *João terminou de comer; também Lia terminou.*

É evidente que, para ser avaliado, ou seja, para ter a CDV determinada, o segundo enunciado deve ser completado com material linguístico e, no caso de (16), recuperado a partir do primeiro enunciado. Tem-se então:

(17) *João terminou de comer; também Lia terminou de comer.*

Da mesma forma, no que tange a (10), poder-se-ia postular que o enunciado, após ter a CDV determinada, deva ser completado com material linguístico, recuperável por meio do contexto extralinguístico, como em

(18) *Bia abriu a porta com a chave*

ou

---

que, ao ser traduzida, o exemplo perde sentido, razão pela qual se deve conceber a mesma homonímia em Português. (N. T.)

(19) *Bruno abriu a latinha de atum usando um abridor de latas.*

### c) Indexicalidade

A semântica tradicional retifica a identificação de significado e a CDV também para incluir expressões particulares das linguagens naturais, como os indexicais. As frases em que aparecem tais expressões têm, sim, um significado convencional, que, no entanto, não pode ser identificado diretamente com as condições de verdade da frase. É, de fato, necessário, para poder fixar as condições de verdade de uma frase indexical, como, por exemplo,

(20) *Eu sou italiana,*

determinar quem proferiu a frase, ou seja, o contexto de pronunciamento da frase. O significado de uma expressão indexical vem, então, concebido como uma função – que Kaplan (1989) chama de *caráter* da expressão –, desde elementos do contexto de pronúncia, como falante, lugar e tempo de tal pronúncia, até o valor semântico da expressão (ou CDV) (aquele que Kaplan chama de *conteúdo*)<sup>11</sup>. Em outras palavras, o valor semântico de uma expressão indexical é determinado pelas regras da linguagem e por fatores contextuais – onde o fator contextual pertinente é fixado pelas regras associadas à expressão (como em “*eu* se refere ao falante no contexto dado”). As CDV de um enunciado vêm *determinadas*, indiretamente, pelo significado linguístico do enunciado, com uma determinação que é automática, funcional e, portanto, semântica.

Tal concepção, se aplicada em (10) - (14), generaliza a ideia de que o significado linguístico associado convencionalmente às expressões linguísticas seja uma função e isso permitiria à semântica tradicional manter sua tese central de significados convencionais fixos associados às expressões linguísticas. No âmbito semântico tradicional, um critério desse tipo foi utilizado como exemplo para definir o significado convencional dos predicados como

---

**II** - A noção de contexto aqui utilizada corresponde à situação objetiva de pronúncia e é constituída por um número fixo e restrito de parâmetros: falante, lugar, tempo, conjunto de ouvintes, conjunto dos objetos que podem ser designados, segmento de discurso. São esses os parâmetros que aparecem na exposição montagoviana presente em: MONTAGUE, R. “Pragmatics”, 1968. In: \_\_\_\_\_. *Formal Semantics*. New Haven: Yale University Press, 1974, p. 95-118; David Lewis propõe, em apêndice, uma primeira expansão de tais índices: cf. LEWIS, D. “General Semantics”. *Synthese*, 22, 1970, p. 18-67.

*ser vermelho* ou *ser plano* (ou de preposições como *de* e verbos como *pegar*) com disjunções da forma:

$$\begin{aligned}
 f(x) &= \text{"..."} \text{ se } P1(x) \\
 &\text{"..."} \text{ se } P2(x) \\
 &\text{"..."} \text{ se} \dots\dots\dots \\
 &\text{"..."} \text{ nos outros casos (KEENAN, 1975)}^{12}.
 \end{aligned}$$

O valor semântico que o predicado assume em seu uso particular varia, dependendo do contexto linguístico (intuitivamente, o que significa *ser vermelho* muda se falamos de cabelos ou de tomates, assim como *ser plano* não tem o mesmo significado se falamos de uma mesa ou da Holanda). Adaptando essa proposta ao nosso exemplo, a função associada ao predicado *abrir* parece possuir valores diversos em contextos (linguísticos) diversos como (10) - (14). Também aqui, intuitivamente, existem modos diversos de abrir uma porta ou uma latinha de atum ou os olhos ou, ainda, uma ferida. E, então, a função associada ao predicado *abrir* será da forma:

$$\begin{aligned}
 \textit{Abrir} &= \text{"x"} \text{ se abrir (porta, janela);} \\
 &\text{"y"} \text{ se abrir (latinha);} \\
 &\text{"q"} \text{ se abrir (olhos);} \\
 &\text{"z"} \text{ se abrir (ferida);} \\
 &\text{"w"} \text{ nos outros casos.}
 \end{aligned}$$

Uma vez dado o objeto, a interpretação pertinente (o modo pertinente de *abrir*) vem calculada automaticamente. Como acenado, a proposta apresentaria a vantagem – extremamente sedutora para a semântica tradicional – de permitir, sim, a variação sistêmica dos valores obtidos aplicando a função aos diversos enunciados, mas mantendo fixo o *significado* do predicado, a partir do momento que o significado é dado pela totalidade da disjunção, pela função no seu complexo.

---

12 - Ver também: PARTEE, B. "Compositionality". In: LANDMAN, F.; VELTMAN, F. (orgs.). *Varieties of Formal Semantics*. Dordrecht: Foris Publications, 1984, p. 289-290.

## d) Sentido implícito

O último caminho aberto à semântica tradicional para tratar do fenômeno exemplificado em (10) - (14) é aquele de reduzi-lo a um caso de sentido implícito, ou sentido comunicado, ou significado do falante; tratar-se-iam de enunciados de cujo falante se serve para comunicar qualquer coisa a mais, além do (ou diverso do) sentido literal das expressões utilizadas, e isso graças à rede de crenças, intenções, atividades que ele compartilha com seus interlocutores. Exemplos clássicos de sentido implícito ou comunicado de um enunciado são constituídos por implicações comunicativas griceanas, ou seja, exemplos de sentido não literal de uma expressão, seus sentidos amplos ou figurados e metafóricos. Na semântica tradicional, implicações e sentidos figurados são diferenciados claramente pelas CDV literais de um enunciado ou pelas CDA literais de uma expressão subenunciativa, sendo os sentidos implícitos expulsos pela semântica e confinados na pragmática.

Quando se aplica aos exemplos até aqui fornecidos a estratégia, em termos de sentido implícito, devemos associar a *abrir* um só sentido literal, a um só conjunto de CDA; todos os outros sentidos seriam sentidos figurados ou amplos, como quando se diz

(12) *Francisca abriu os olhos*

e se quer dizer que Francisca finalmente se tornou consciente de algo, ou quando se diz

(21) *Paulo abriu o seu coração*

e se quer dizer que Paulo confiou em alguém.

## **Crítica à semântica tradicional**

Na interpretação que se propõe, a corrente pragmática se mostra como continuação direta da tradição da filosofia da linguagem ordinária, sobretudo pelo objetivo de dismantelar a tese, central para Frege e para o primeiro Wittgenstein, de significados fixos associados convencionalmente às expressões, e de CDV determinadas associadas aos enunciados da linguagem. Como dito, o objetivo pode ser alcançado somente refutando convincentemen-

te as diversas estratégias que se ilustrou aqui e demonstrando que os exemplos examinados trazem à superfície um fenômeno mais preocupante, que a semântica tradicional não consegue resolver: a subdeterminação semântica de cada frase da linguagem natural. Na última parte deste artigo, serão examinadas as refutações possíveis de se realizar, desde que se desenvolva a perspectiva pragmática com coerência e até as últimas consequências.

#### a) Ambiguidade

A estratégia em termos de ambiguidade postula que se associe ao verbo *abrir* uma pluralidade de sentidos distintos. Searle e Travis, no entanto, mostram que é possível multiplicar à vontade os exemplos, estendendo indefinidamente a lista de CDA associada estavelmente, convencionalmente, ao predicado. Essa multiplicação de sentidos, se tomada seriamente, tem duas consequências indesejáveis para uma teoria semântica. De um lado, torna pouco plausível e, certamente, não econômico considerar lexicalizados todos os diversos sentidos do verbo, sentidos que seriam repertoriados em uma lista exaustiva. Por outro lado, o método da lista, que postula apenas alguns valores, não dá conta da dimensão de continuidade e de permeabilidade de tais sentidos – ou seja, o fato destes frequentemente se sobreporem parcialmente na interpretação e fazerem apelo um ao outro – e do fato dos sentidos estarem simultaneamente presentes, ainda que diversamente salientados ou sublinhados, ou, ainda, inclusos um no outro.

#### b) Elipse

Uma solução em termos de elipse, ao contrário, sugere, para que um enunciado como (10) tenha CDV determinada, completá-lo com material linguístico, como em

(18) *Bia abriu a porta com a chave.*

Mas é evidente que uma estratégia desse tipo não teria como restringir os tipos de complementos a serem incluídos nas CDV (no conteúdo semântico) de (10), se (18), ou se

(22) *Bia abriu a porta usando a maçaneta*



ou ainda

(23) *Bia abriu a porta empurrando-a*

etc. E também se fosse estipulado que (18) constitui um “bom” complemento de (10), nada em (18) bloquearia interpretações desviantes, como aquela segundo a qual a chave usada por Bia pesa 20 kg e Bia a usou como se fosse um aríete.

### c) Indexicalidade

Aquela que se definiu como solução em termos de indexicalidade parece ser o centro dos exemplos de Searle: é, de fato, possível obter, para *abrir a porta*, a interpretação de abrir que se teria geralmente para *abrir a latinha* – ou seja, “fazer uma fenda”. Como exemplo, tome-se em consideração (10), proferido em duas circunstâncias diversas. Caso I: para um jantar com amigos o anfitrião está cozinhando um maravilhoso risoto à milanesa; sua vizinha, Bia, convidada para jantar, bate na porta e, ao convite daquele (expresso por “entre”), Bia, com um machado, dilacera a porta. Dir-se-ia que Bia abriu a porta? Provavelmente não; (10) parece falso. Caso II: o maravilhoso risoto à milanesa, esquecido por 40 minutos no forno, pega fogo; a casa é rapidamente invadida por chamas e fumaça; todos se refugiam sob a mesa e começam a pedir ajuda. Bia, a vizinha, usando um machado, dilacera a porta. Dir-se-á que Bia abriu a porta? Provavelmente sim; nesta circunstância, (10) nos parece verdadeiro.

Segundo Searle e Travis, novamente, nos dois casos examinados, a semântica de (10) não varia – o seu significado convencional é o mesmo – e, no entanto, sua interpretação é radicalmente diferente no primeiro caso em relação ao segundo. Visto que parte do mundo (o estado de coisas) ao qual se refere permanece constante (porta e modo de abri-la não mudam nos dois casos), mas o valor de verdade do enunciado muda ((10) é falso no caso I e verdadeiro no caso II), significa que as condições de verdade do enunciado são diversas nos dois casos, conclusão que a semântica tradicional não consegue resolver.

Crê-se possível, no entanto, delinear uma estratégia indexical um pouco diferente, que tome como modelo as expressões demonstrativas e possessivas e que é possível de se aplicar a (10). Foi dito que Travis defende a tese segundo a qual o significado convencional de (10) não fixa um conjunto único de condições de verdade: basta, de fato, fazer variar

um elemento do contexto<sup>13</sup> para fazer variar o valor de verdade de (10), logo, suas CDV. Nomeou-se os dois diversos casos respectivamente (Caso I – o jantar; Caso II – o incêndio). O conjunto apropriado de CDV de (10) no Caso I era algo como “Bia abriu a porta com a chave”; o conjunto apropriado de condições de verdade de (10) no Caso II era, ao contrário, “Bia abriu a porta com o machado”. Os dois conjuntos de CDV se diferenciam por um elemento, que representa o *modo* pelo qual a porta foi aberta e é responsável pela variação de condições de verdade. Os dois contextos escolhidos requerem que seja fixado este aspecto do contexto, que se escolha entre um “modo de abrir” e outro. A análise aqui apresentada pode ser vista como paralela em relação àquela dos possessivos: na construção possessiva “o livro de Lia” está presente uma variável que corresponde à relação que liga Lia ao livro, variável que deve ser saturada para que a expressão tenha uma referência e o enunciado, onde a expressão aparece, CDV determinada: essa saturação não segue, ainda, nenhuma regra prefixada (o livro pode ser aquele que pertence a Lia, ou que Lia escreveu, ou leu, ou viu em uma vitrine, etc).

Se se quisesse aplicar o tratamento de demonstrativos e possessivos aos enunciados (10) – (14), dever-se-ia dizer que no predicado *abrir* está presente uma variável – digamos  $X_m$ , o modo de abertura – que deve ser estipulada para cada ocorrência do predicado em cada contexto. O destinatário deve saturar essa variável a fim de obter um valor semântico definido para o predicado; somente em seguida é possível determinar as condições de verdade de (10). Nessa perspectiva, o predicado *abrir* não teria nem um valor fixo associado convencionalmente pelas regras da linguagem à expressão-tipo, nem uma regra automática de saturação, uma função (como para a estratégia indicativa) que, uma vez dado o argumento (o contexto linguístico *porta*, por exemplo), forneça o valor da função no contexto dado (um determinado modo de abrir). Aqui, como no caso das expressões demonstrativas ou possessivas, o significado convencional do predicado se limitaria a assinalar a presença de uma *variável* para estipular (o modo de abrir), mas sem determinar *como* estipulá-la (admitir-se número indefinido de modos – chaves, abridores de lata, machados, etc).

Na interpretação que se propõe, a tese que emerge dos exemplos de Searle parece ainda mais extrema. É, de fato, fácil imaginar pelo exemplo de (10) que ocasiões de uso cujo fator contextual foi ressaltado – chamemos  $X_m$  – podem se revelar não pertinentes para a determinação das condições de verdade de (10). Isso significa que  $X_m$  não constitui um aspecto do sentido de *abrir* que deve ser *necessariamente* determinado, como acontece no caso de uma construção possessiva, quando a determinação da relação que liga os dois termos da

---

13 - Naturalmente tratar-se-á de um elemento diverso pelos parâmetros da situação de pronúncia, isto é, falante, lugar e tempo.

construção é um processo obrigatório, imposto pelo material linguístico e necessário a fim de que a expressão tenha um valor semântico definido. Pode-se, sim, construir contextos nos quais a variável “modo” não tenha pertinência alguma para fixar as condições de verdade de um enunciado que contém o predicado *abrir*. É aquilo que acontece no próprio Caso II (o incêndio), pois pouco importa o modo pelo qual Bia abriu a porta – machado, ariete, ombrada, ou ainda, porque não, a chave duplicada que se lhe confiou para o caso de alguma eventualidade.

Parece, então, que é possível perceber duas consequências do exemplo analisado. Por um lado, o significado convencional do predicado *abrir* não impõe uma determinação particular da variável “modo de abrir” (chave mais do que machado), ou seja, nenhum modo particular faz parte do significado convencional do predicado, mas é o contexto que força uma interpretação em detrimento de outra. E, por outro lado, também uma vez fixado esse particular aspecto do contexto (também uma vez estabelecido, por exemplo, que o único modo conveniente de abrir uma porta deva ser com o uso da chave e da maçaneta), será possível tornar variáveis as condições de verdade de (10) variando *outros* aspectos do contexto (como o tempo): esses outros aspectos do contexto serão, de volta em volta, responsáveis pela subdeterminação do enunciado. Para dar ainda outro exemplo, se, no Caso II, Bia conseguisse derrubar a porta somente horas depois, quando então a dona da casa, todos os convidados e o risoto estariam completamente carbonizados, continuaríamos a dizer que (10) é verdadeiro?

#### d) Sentido implícito

Aplicada aos nossos exemplos, a estratégia do sentido implícito postula que seja associado a *abrir* um só sentido literal, um só conjunto de CDA; todos os outros sentidos seriam sentidos figurados ou amplos. Acredita-se que o sentido associado ao verbo *abrir* como candidato a seu único significado literal pode ser interpretado em pelo menos dois modos: (i) como um conjunto particular de CDA, isto é, um dos sentidos específicos, como por exemplo, o sentido de “fazer uma fenda”; (ii) como um conjunto de CDA abstrato e geral, comum a todos os usos do verbo. Crê-se que seja possível refutar ambas as interpretações.

A interpretação (i) implica que em um uso de

(10) *Bia abriu a porta*

o sentido “desfechar” de *abrir* é um sentido não literal, mas sim figurado, obtido por extensão pelo sentido primário “fazer uma fenda” – conclusão intuitivamente pouco plausível.

Já a interpretação (ii), ao contrário, sugere que se use para cada enunciado o conjunto de CDV mais abstrato e geral, isto é, um conjunto comum a todos os usos de *abrir*. Assim, para (10), teríamos um conjunto de CDV que abstrai o modo pelo qual a porta foi aberta, assim como o tempo gasto, o tipo de abertura praticada e todo e qualquer tipo de especificação que se poderia imaginar. Essas determinações seriam de domínio da pragmática, modulações ou enriquecimentos que não modificam as CDV literais da frase, pois o contexto permite simplesmente de integrar o significado, de completá-lo e de especificá-lo, e contextos diversos permitem integrações diversas. Considera-se que a corrente pragmática não deva aceitar de modo algum uma solução em termos de sentido implícito, uma vez que essa levaria a um divórcio entre as CDV formuladas pela teoria semântica e as intuições dos falantes sobre isso que torna um enunciado verdadeiro. De fato, se atribuímos a (10) um conjunto de condições de verdade abstrato e geral, cada abertura praticada (de qualquer natureza que esta seja e de qualquer modo que essa seja praticada) virá considerada como tal por satisfazer as condições de verdade de (10). Isso nos obrigaria a admitir que é verdadeiro (10) o fato de que Bia tenha rompido a porta de casa, ou tenha feito uma fenda na porta com um bisturi, ou, ainda, o fato de que Bia tenha espedaçado a parede e penetrado na casa, deixando todos na sala, em seguida abrindo a porta – ou engolido tudo e aberto a porta com as contrações do próprio estômago.

## Conclusão

A análise do exemplo de Searle que aqui se propôs pode ser facilmente ampliada aos casos examinados por Wittgenstein, Waismann e Austin. Se as refutações apresentadas são convincentes, surgiria então uma forma de subdeterminação semântica que se diferencia notavelmente dos tipos de dependência do significado de uma expressão por seus usos admitidos pela semântica tradicional – uma forma de subdeterminação que ameaça a imagem tradicional da linguagem presente nos escritos de Frege e no *Tractatus*. Esta apresentaria de fato dois caracteres que se distanciam radicalmente da semântica tradicional, e que, na reconstrução aqui proposta, constituem as teses basilares da corrente pragmática: a) em primeiro lugar, a subdeterminação é generalizada a todas as expressões linguísticas, não sendo propriedade de nenhum conjunto finito e determinado de expressões (indexicais e demonstrativos, expressões ambíguas, metáforas e usos figurados), mas uma propriedade geral do significado; b) em segundo lugar, os elementos contextuais que podem revelar-se

como pertinentes para fixar as condições de verdade de um enunciado dado não são determinados *a priori*, codificados no significado convencional do próprio enunciado; a relação entre caracteres da ocasião de uso e condições de verdade do enunciado não é automática, funcional, e, portanto, não é previsível.<sup>14</sup>

O modo de dependência não é *dado*, isto é, não é fixado independentemente da ocasião de uso (como é ao contrário o modo de dependência para as expressões indexicais ou demonstrativas): é o próprio contexto de uso que fixa o modo de dependência. Disso se segue que, fora de qualquer contexto, não é possível especificar um estado de coisas cuja realização tornaria um enunciado verdadeiro como (10): o seu significado convencional só determina as CDV do enunciado relativamente a certas assunções, a certas práticas, a certos objetivos.

Desse ponto de vista, as representações linguísticas são como a noção wittgensteiniana do homem que sobe à montanha segundo a qual pode ser vista como a imagem de um homem que desce dela; para se aplicar à realidade, as representações necessitam de interpretação. Como visto, acrescentar posteriores representações à nossa representação de origem não faria mais do que deslocar o problema: cada explicitação requereria, ela própria, uma interpretação. Como no caso do gato falante de Austin, nem (6) nem a sua negação são descrições adequadas: a solução pareceria, diz Austin, aquela de “fornecer uma descrição completa dos fatos” (AUSTIN, 1961a: 68) e, portanto, aquela de determinar o contexto, desejos, intenções, objetivos etc., da troca comunicativa e dos seus participantes. É, porém, evidente o regresso ao infinito que uma descrição desse tipo conduziria, pois, por um lado, cada especificação da situação de uso é passível, por sua vez, de especificações, e, por outro, a enumeração das especificações que se poderiam acrescentar não teria um fim. É o tema da discussão wittgensteiniana sobre o “seguir uma regra”:

*Disse que o emprego de uma palavra não é sempre limitado por regras. Mas qual a aparência de um jogo que é inteiramente limitado por regras? Regras que não dão margem a nenhuma dúvida e que lhes fechem todas as lacunas. – Não podemos imaginar uma regra que regule o emprego da regra? E uma dúvida, que aquela regra levante – e assim por diante? (WITTGENSTEIN, 1968: § 84).*

A solução de Searle, como aquela de Austin e de Wittgenstein, é de fazer repousar cada

---

**14** - Caracterizou-se aqui o tipo de subdeterminação trazido à tona pela corrente pragmática como uma forma de *metadependência* contextual. Ver mais em: BIANCHI, C. *La dipendenza contestuale*: per una teoria pragmatica del significato. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 2001, cap. XI.

representação sobre um pano de fundo constituído por práticas, de usos, de hábitos, de comportamentos, de natureza largamente não representacional – sobre uma forma de vida.<sup>15</sup> Como escreve Wittgenstein (Idem: § 198):

*O que tem a ver a expressão da regra – digamos, o indicador de direção – com minhas ações? [...] talvez esta: fui treinado para reagir de uma determinada maneira a este signo e agora reajo assim. [...] alguém somente se orienta por um indicador de direção na medida em que haja um uso constante, um hábito.*<sup>16</sup>

## Referências bibliográficas

AUSTIN, J. L. “The Meaning of a Word”. In: \_\_\_\_\_. *Philosophical Papers*. Oxford: Clarendon Press, 1961a, p. 55-75.

\_\_\_\_\_. “A Plea for Excuses”. In: \_\_\_\_\_. *Philosophical Papers*. Oxford: Clarendon Press, 1961b, p. 175-204.

KAPLAN, D. “Demonstratives: An Essays on the Semantics, Logic, Metaphysics, and Epistemology of Demonstratives and Other Indexicals”. In: ALMOG, J.; PERRY, J.; WETTSTEIN, H. (orgs.). *Themes from Kaplan*. Oxford: Oxford University Press, 1989, p. 481-563.

KEENAN, E. *Formal Semantics of Natural Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

MARCONI, D. *La competenza lessicale*. Roma-Bari: Laterza, 1999.

SEARLE, J. *Expression and Meaning*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

WAISMANN, F. “Verifiability”. In: FLEW, A. (ed.). *Essays on Logic and Language*. Oxford: Blackwell, 1951, p. 117-144.

WITTGENSTEIN, L. *Ricerche filosofiche*. Org. M. Trinchero. Torino: Einaudi, 1968.

---

<sup>15</sup> - Searle fala a propósito de *Background não intencional*. Para mais informações, ver: SEARLE, J. *Intentionality: An Essay on the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983, p. 174-175.

<sup>16</sup> - Desejo agradecer a Carlo Penco, Nicola Vassallo e Carlo Augusto Viano pelas observações e críticas que conduziram a presente versão.